RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 22 de Novembro de 2026

Saiba quem é a única mulher denunciada pela PGR por trama golpista de Bolsonaro

ENTENDA!

Terra

A ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça durante o governo Bolsonaro, Marília Ferreira de Alencar, foi a única mulher a ser denunciada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), por envolvimento na trama golpista após a vitória do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nas eleições de 2022. Ao todo, 34 pessoas foram denunciadas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Marília colaborou com a blitze das eleições de 2022, quando a Polícia Rodoviária Federal impediu a circulação de eleitores do Nordeste durante o segundo turno. Na ocasião, ela era a diretora de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Até a tarde desta quarta-feira, 19, Marília Ferreira de Alencar não havia apresentado defesa nos autos.

Com a aproximação do segundo turno das eleições, Marília pediu uma coleta de dados sobre os locais onde Lula havia obtido os maiores números de votos, contra Jair Bolsonaro, que tentava a reeleição. A atitude da ex-diretora chamou a atenção de um funcionário encarregado da coleta de dados.

O servidor expressou perplexidade diante do pedido de Marília, uma vez que seu trabalho deveria ser concentrado na segurança das eleições, e não na análise dos resultados, que serviriam para orientar ações da PRF.

Denúncia da PGR

A PGR afirma que houve “manejo indevido” das forças de segurança, com o objetivo de dificultar a votação de eleitores das regiões onde Lula venceu no primeiro turno, segundo a denúncia. “Verificou-se, nesse momento, o manejo indevido das forças de segurança pública para dificultar a votação de eleitores no candidato da oposição. Ficou evidente que o grupo tentava, pelo uso da força estatal, forjar um resultado eleitoral favorável”, diz um trecho do documento.

Houve troca de mensagens entre Marília e outros denunciados, confirmando o esforço para manipular o processo eleitoral, de acordo com o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O procurador alega que Marília fez parte de um grupo que tentou "sustentar a permanência ilegítima" de Bolsonaro na presidência, ou seja, os atos golpistas. Os denunciados com posições profissionais mais relevantes eram responsáveis por gerenciar as ações. Entre eles, são citados Silvinei Vasques (ex-diretor-geral da PRF), Marília Ferreira de Alencar e Fernando Sousa de Oliveira, que usaram as forças policiais para que Bolsonaro continuasse na presidência, de forma indevida.

Marília estava em um grupo que compartilhava coleta de dados em planilhas, que mostravam onde estava a maior concentração de eleitores de Lula e também de Bolsonaro. Em mensagens de 13 de outubro de 2022, ela afirmou que Belford Roxo “o prefeito é vermelho”, referindo-se a Lula. Por isso, ela disse que iria reforçar o policiamento na rodovia.

Ela também mostrou preocupação com cidades do Sul, onde Lula havia conseguido mais votos. Marília cita Pelotas e Porto Alegre nas mensagens obtidas pela PGR.

Envolvimento em atos golpistas

A conduta de Marília foi considerada “descumprimento deliberado do dever”, segundo a denúncia, que culminaram nos eventos do dia 8 de janeiro de 2023, quando Brasília foi tomada por golpistas.

Grupos de mensagens foram criados às vésperas do 8/1 para tratar de informações pertinentes ao acompanhamento de manifestações, atos e eventos que poderiam causar impacto na segurança estadual.

A manifestação golpista foi comunicada três dias antes de acontecer. Marília discutiu planos com Fernando de Sousa Oliveira, e na véspera, estava “plenamente ciente” do que viria a acontecer. Ela também falou sobre a possibilidade de confrontos na Esplanada dos Ministérios, na tarde do dia 7, e tinha conhecimento dos 105 ônibus fretados que chegavam a Brasília, com cerca de 3.900 passageiros.

Ela só voltou a falar nos grupos horas depois dos ataques em Brasília, afirmando que a Força Nacional estava subindo para o Palácio. Para a PGR, Marília, assim como outros denunciados, agiu “em prol da ruptura institucional”. Sendo assim, o documento conclui que não se trata apenas de falha de execução das funções, mas decisões voluntárias que impactam a segurança e integridade do processo democrático, a serviço de interesses criminosos.

Em março de 2023, Marília prestou depoimento à Comissão dos atos antidemocráticos na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Na época, ela afirmou que a inteligência “não fracassou” no caso dos ataques à praça dos Três Poderes, em Brasília.

Carreira

Marília Ferreira de Alencar é a única mulher entre os 34 denunciados pela PGR em documento divulgado nesta semana. Ela começou a carreira como assessora jurídica na PGR, e ocupou o cargo entre 1999 e 2005. Depois, foi assessora no gabinete do subprocurador-geral da República, até 2006.

Marília entrou na Polícia Federal em 2007, onde passou pela assessoria do diretor de logística e administração policial e foi chefe da divisão de administração da Academia Nacional de Polícia. Lá, ela foi assessora do diretor entre 2015 e 2017.

Em 2021, ela foi nomeada diretora de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, chefiada por Anderson Torres, sob o governo de Jair Bolsonaro. Foi então que ela elaborou um mapa com os locais em que Lula foi mais votado, a fim de interferir no segundo turno das eleições com uso da PRF.

Após a derrota de Bolsonaro, Marília foi nomeada para a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Dias depois do ataque de 8 de janeiro, ela foi exonerada pelo então interventor do Distrito Federal, Ricardo Cappelli. Ela era chefe da inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.